PEDRAS, CIDADE E PATRIMÔNIOS: MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E MATERIALIDADES EM RIO DE CONTAS/BA

Jean Pierre **Pierote Silva**¹

Introdução

O ano é 2020, mês de maio, e o mundo vive uma pandemia. Estou em isolamento social há pouco mais de dois meses. Vivo sozinho em um pequeno apartamento na cidade de São Vicente, litoral de São Paulo. O Brasil é governado atualmente por um grupo político perverso e genocida. Os veículos de comunicação notificam diariamente as atrocidades presentes nas tomadas de decisão do governo, política da morte. O número de óbitos aumenta a cada dia, a velocidade é assustadora.

Nesse cenário surge um desejo, o da escrita. Os modos de vida, sobretudo aqueles praticados nos contextos urbanos, passaram por grandes transformações nas últimas semanas. Para conter a disseminação do vírus o isolamento social é, por ora, a única medida eficiente. Os ritmos e fluxos cotidianos nas cidades passaram a ser monitorados de forma mais intensa. Novas políticas foram rapidamente adotadas para a condução dos corpos que circulam nas cidades.

Neste emaranhado do presente, onde as relações com o espaço urbano foram rapidamente transformadas, retomo algumas reflexões sobre modos de subjetivação efetivados com e nas materialidades das cidades. Para tal exercício, retorno a questões que me acompanharam durante uma pesquisa etnográfica e artística que realizei na cidade de Rio de Contas/BA, entre os anos de 2015 e 2018, a qual deu origem a minha tese de Doutorado intitulada “Vida de Pedra: materiais e técnicas na Chapada Diamantina/BA” (Pierote Silva, 2019), defendida no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (PPGAS/UFG).

Os acontecimentos do presente me levaram de volta a esse material, resultado de uma investigação sobre modos de relação estabelecidos entre as pedras, os extratores de pedras e a cidade de Rio de Contas. Com esse estudo, conheci certos ritmos e fluxos

¹ Pesquisador independente. Doutor em Antropologia Social, Brasil. E-Mail: pierrepierote@hotmail.com
ORCID id: <https://orcid.org/0000-0003-0736-1063>

cotidianos desta pequena cidade histórica do interior do Brasil, narrados a seguir em relatos etnográficos.

Assim, por meio da construção de um plano instável e indissociável, constituído por materialidades da cidade e pelas subjetividades que lá habitam, o propósito deste artigo é narrar fragmentos etnográficos sobre a cotidianidade em Rio de Contas para, a partir daí, problematizar a intersecção entre pedras, colonização, subjetivação e patrimônio na formação de um certo modo de vida rio-contense.

Fluxos de cidade e a produção de uma pesquisa

É possível olhar Rio de Contas de cima, como se das montanhas saísse em voo raso e mirasse suas ruas, primeiramente para as pessoas, fazendo breves mergulhos até o chão. Como um conjunto ordenado de fotogramas, feitos em *plongée*² inclinados pela antropologia, mergulhando na cidade pelos seus fluxos cotidianos.

Por volta das 6 horas a movimentação tímida começa na Praça da Matriz, em Rio de Contas. A partir desse horário, os carros de estilo Van começam a chegar a Praça, transportando principalmente moradores de uma região da zona rural do município denominada de baixio³. Esses moradores são em maioria mulheres adultas, quase sempre acompanhadas dos filhos, crianças com idade entre 1 e 11 anos. Poucos homens adultos e jovens, mas muitos homens com idade entre 60 e 75 anos. São em sua maioria trabalhadores rurais aposentados, que vão até a cidade para sacarem o benefício da aposentadoria, fazer exames médicos e realizar serviços burocráticos em instituições como os correios, prefeitura, cartório e no sindicato dos trabalhadores rurais,

As Vans passam pela Praça Matriz, deixam alguns passageiros e seguem viagem até a cidade vizinha de Livramento de Nossa Senhora. O movimento maior nesse horário acontece em frente a uma agência do Banco do Brasil. O hospital e os laboratórios de análises clínicas também são lugares que concentram um pequeno fluxo de moradores da zona rural nesse horário. São poucos os moradores da cidade

² Termo francês, que equivale a “mergulho” na língua portuguesa, consiste em filmar a pessoa ou o objeto de cima para baixo, captando toda a sua dimensão.

³ Esse termo é utilizado para categorizar a região do município com menor altitude, abaixo da serra. O distrito de Marcolino Moura e os povoados da Várzea, Engenho Velho, Casas de Telha, Cafundó, entre outros, estão localizados nessa região.

exercendo alguma atividade no comércio logo no início da manhã. Apenas as padarias e a lanchonete vizinha da agência do Banco do Brasil funcionam. Por volta das 8 horas, a agência bancária é aberta e o fluxo da cidade muda. Nesse horário, o comércio local começa a funcionar e, por volta das 8h30, algumas Vans também começam a retornar de Livramento de Nossa Senhora para a zona rural de Rio de Contas.

Poucos carros transitam pelo centro da cidade, a movimentação é principalmente de pedestres. Pelos autofalantes instalados nos postes de eletricidade ouve-se a rádio comunitária local. Na programação, informativos e propagandas do comércio local são alternadas principalmente com músicas do gênero MPB. Uma mulher circula todos os dias pelo centro da cidade vendendo o “jogo do bicho”. Sempre que me via, oferecia o jogo.

Ambulantes vendem frutas, verduras, fumo de corda, mel, temperos, CDs de música e DVDs em frente a agência do Banco do Brasil. Os produtos são expostos no porta malas dos carros, em tecidos/lonas estendidos nas calçadas, ou no próprio chão da praça. O som na Praça é uma mistura. Porém, as músicas tocadas na rádio comunitária, sobrepõem-se ao ruído tímido dos automóveis e dos moradores que transitam. As últimas Vans que fazem o transporte dos moradores da zona rural passam por volta das 10h30 pela Praça Matriz. Existe uma ansiedade, os moradores da zona rural precisam resolver todas as demandas na cidade até esse horário, pois o transporte público quase inexistente para quem mora nas comunidades, povoados e distritos do município após esse horário.

Depois do horário de almoço, a cidade começa a entrar em um profundo silêncio. Apenas às 15h30, em média, um grupo de homens se reúne para jogar cartas embaixo de uma amendoeira. São na maioria homens entre quarenta e setenta anos, embora disso não se possa ter certeza, porque sob o sol a pele envelhece mais rápido que as pessoas. O jogo se estende aproximadamente até o início da noite. O som próximo desse local varia entre o silêncio, necessário para a concentração no jogo, e o ruído da conversa sobre o cotidiano da cidade. Os assuntos são muitos, transitam desde a política local, até o resultado do último jogo de futebol televisionado.

No fim da tarde, muitos moradores vão às padarias para comprar principalmente pão francês, o fluxo dos moradores da cidade nas padarias é maior nesse horário do que pela manhã. O pão que se compra no fim da tarde também é consumido no café da

manhã do dia seguinte, o que justifica a pouca circulação dos moradores da cidade no centro logo no início da manhã.

A noite é marcada pelas atividades religiosas da igreja Matriz do Santíssimo Sacramento. Dependendo do dia da semana e da época do ano, a atividade muda, podendo ser uma missa, novena, casamento, batismo ou culto. A Praça da Matriz é pouco habitada enquanto os eventos religiosos estão ocorrendo na igreja. Por volta das 20h30, as celebrações católicas são encerradas e os moradores retornam para suas casas. Esse trânsito é realizado predominantemente a pé. O fim do evento na igreja é também o encerramento da movimentação de pessoas na Praça Matriz. Normalmente, poucos bares ficam abertos após esse horário. O centro, depois das 21 horas, é tomado por um silêncio ainda mais profundo.

Todos os fluxos descritos acima mudam em decorrência da data do ano e dos eventos que ocorrem na cidade. No carnaval e na festa de Corpus Christi, por exemplo, transforma-se não somente os hábitos cotidianos dos moradores, mas também a todo o funcionamento da cidade. Essas são as duas principais festas que ocorrem em Rio de Contas. A de Corpus Christi, padroeiro da cidade, festa sagrada. O carnaval, festa profana. Porém, o que interessa nos itinerários e fluxos descritos não são os eventos que suspendem a ordem de funcionamento da cidade, mas sim o que atualiza, o que move e permanece movendo cotidianamente os fluxos da cidade.

Ao longo de cinco anos de pesquisa, nos quais estive engajado durante o Doutorado, realizei imersões de campo etnográfico em Rio de Contas em seis ocasiões, somando aproximadamente um ano e meio de vivências nesta cidade localizada ao Sul da Chapada Diamantina/BA, no estado da Bahia. Na minha percepção a cidade acontecia em um ritmo lento, pouca coisa mudava. Os horários eram os mesmos, o itinerário das pessoas também parecia ser, os gestos se repetindo com precisão.

Embora eu narre minha experiência etnográfica na cidade como um estrangeiro, eu nasci e vivi a minha infância e a minha adolescência nessa cidade. No entanto, eu nunca morei na sede do município, por que sou de Marcolino Moura, um Distrito de Rio de Contas que dista 18 km do local descrito, além de ter suas próprias dinâmicas e ecossistemas sócio culturais. Em outros termos, mesmo sendo um rio-contense, lá, na cidade, eu sempre fui um estrangeiro. Alguém da roça, da zona rural.

Com efeito, o tempo entre os meses de janeiro e agosto de 2016 marcam a mais longa permanência que tive em Rio de Contas. Na ocasião, aluguei uma pequena casa, em um bairro periférico, nomeado Sossego. Esta casa foi o lugar onde pude escrever os primeiros relatos etnográficos, olhar para as imagens que estava produzindo, e decantar os efeitos que tal experiência causava em meu corpo.

No decorrer dos meses, percebi a necessidade de estabelecer um recorte mais preciso, para que fosse possível o aprofundamento das reflexões que surgiram ao longo da investigação. A essa questão se uniu uma outra ponta, uma certa inserção que eu havia construído em Rio de Contas por meio da minha participação em dois projetos.

Em 2014, um coletivo formado por dois bioconstrutores, uma ecóloga, uma engenheira florestal, uma *design*, um arquiteto urbanista, um casal de cineastas e eu, antropólogo, começamos a elaborar um projeto cultural voltado para a pesquisa e a realização de vivências, vídeos, programas de rádio, exposições culturais e publicação sobre as técnicas, os saberes e os materiais utilizados na construção civil de Rio de Contas. A maioria dos integrantes do grupo mora atualmente nesse município e tem uma trajetória de trabalho relacionada à cidade. Almejávamos criar uma plataforma onde os saberes tradicionais relacionados à construção civil da cidade pudessem entrar em contato com as técnicas da bioconstrução⁴. Dois anos depois, com esse mesmo grupo, surgiu o projeto Refazer⁵, executado com recursos de um edital do Fundo de Cultura da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

Assim, comecei a pensar, a partir desse lugar de inserção, na possibilidade de desenvolver um estudo sobre os processos de transformação dos materiais como a terra, o ferro, a madeira e a pedra nos processos técnicos da construção civil local. Ainda em 2016, a equipe do Refazer começou a realizar a captura das primeiras imagens fotográficas e de vídeo utilizadas posteriormente na produção dos documentários do projeto sobre a pedra e os extratores, quando atuei como um dos cinegrafistas.

Nessa experiência, um universo complexo de conhecimento sobre a pedra foi-se constituindo. As nuances da pedra, as técnicas utilizadas para a extração, modelagem e

⁴ De acordo com o trabalho de campo que realizei, bioconstrução é o conjunto de técnicas construtivas que, supostamente, procura englobar planejar, atualizar e manter sistemas de escala humana ambientalmente sustentáveis e financeiramente viáveis.

⁵ Disponível em: <<http://refazerresriodecontas.tumblr.com/>>.

o uso desse material na construção civil foram delimitando questões que direcionaram o foco da pesquisa para pensar, principalmente, os modos de relação entre pedras, extratores e a cidade.

Em Rio de Contas, no contínuo processo de construção do ambiente habitado, as pedras estão presentes nas edificações construídas em diversos momentos históricos da cidade. Existe uma visível distinção no tipo de pedra utilizada na pavimentação das ruas de Rio de Contas. O maior contraste é em relação ao calçamento do centro histórico e o das ruas que surgiram recentemente. As pedras que compõem o pavimento do centro histórico são maiores e irregulares, causando turbulência e desconforto para as pessoas que trafegam de carro, motos, ou bicicletas. Já as pedras utilizadas na pavimentação das ruas mais recentes, como as do bairro Sossego e Vermelhão, adotam o paralelepípedo, pedras cortadas com dimensões aproximada de 25x15cm.

Muitos moradores, quando trafegam de carro pela cidade, preferem os trajetos que não passam pelo centro histórico. Essa prática ocorre como meio de evitar o desconforto causado pela turbulência que as pedras utilizadas na pavimentação provocam nos veículos de locomoção, que não foram feitos para esse tipo de pavimento. A velocidade dos veículos é diminuída ao passar sobre essas pedras, minimizando assim o desconforto do atrito gerado entre as pedras e os pneus. Desse modo, as pedras também se configuram como materiais que estão em constante relação com os modos de habitar a cidade, podendo provocar mudanças nos fluxos e se revelando um agente importante na escolha dos itinerários e trajetos da vida cotidiana em Rio de Contas.

Figura 1: Praça da Matriz em Rio de Contas. Fonte: fotografias feitas pelo autor em 2016 durante a realização o trabalho de campo etnográfico.

Pedras e histórias

Rio de Contas já existiu de diversos modos. Foi pouso de viajantes, comunidade, Distrito, vila e cidade. Em cada momento histórico, a sua duração ocorreu de forma distinta, com características próprias. Para a constituição da cidade, pedras foram extraídas e ordenadas de diversas formas, sobretudo para que fluxos de vida humana pudessem povoar a região.

As pedras também têm histórias e elas se entrelaçam com a do surgimento da cidade de Rio de Contas. Da perspectiva das pedras, da sua relação com os humanos, uma nova leitura sobre a relação entre as pedras e Rio de Contas emerge, pois a pequena cidade do Alto Sertão baiano, fundada para ser sede administrativa e financeira da região no século XVIII, surge antes de tudo da relação com as pedras de ouro.

Por volta de 1710, um bandeirante paulista teria encontrado lavras de ouro na região, evento que logo atraiu garimpeiros e comerciantes, dando origem a novos povoamentos. Portugal, sede colonial na época, interessada principalmente em garantir o pagamento do quinto, cria, em 1745, a Vila Nova de Nossa Senhora do Livramento e Minas do Rio de Contas.

Porém, o povoamento da região não começou com a chegada dos bandeirantes e grupos vinculados. Estudos arqueológicos realizados em 2006, por ocasião da pavimentação de uma rodovia local, identificaram pinturas rupestres e sítios arqueológicos em povoados rurais da região⁶. Antes da chegada dos bandeirantes e da intensificação do processo de colonização, essa região já era habitada por povos que estabeleciam outras relações com o meio, diferente daquelas baseadas no extrativismo europeu.

A historiografia local também indica que no passado escravizados alforriados se instalaram na margem direita do Rio de Contas Pequeno, atual Rio Brumado. Em pouco tempo, nessa localidade, formou-se o povoado denominado *Pouso dos Creoulos*, região de parada dos viajantes vindos do Norte de Minas e de Goiás com destino a Salvador.

⁶ COMERLATO, Fabiana, Costa; Carlos Alberto Santos; Fernandes, Henry Luydy Abraham. Relatório Final. *Diagnóstico e Levantamento Arqueológico no Traçado da Rodovia BA-148* (Rio de Contas – Jussiapé). Salvador: Processo IPHAN 01502.001145/2006.33 – Portaria nº 148 de 06/06/2006, 2006.

A descoberta de ouro no leito do rio Brumado atraiu à área grande número de garimpeiros, evento que provocou mudanças no fluxo populacional e nas formas de habitar o lugar, pois, com ele, o *Pouso dos Creoulos* deixou de ser um descanso para viajantes, tornando-se um possível lugar para a exploração de pedras, neste caso, das pedras de ouro.

No passado colonial, Rio de Contas se constituiu como uma cidade administrativa, tendo papel central na tributação dos impostos decorrentes da atividade garimpeira. A região necessitava de um centro que pudesse oferecer serviços urbanos (pequeno comércio de manufaturados, ofícios burocráticos, etc.), tendo a distância geográfica da capital e o difícil acesso – Rio de Contas está localizada numa serra a 1100 metros de altitude – contribuído para que, na cidade, fossem criados ambientes de sociabilidade urbana.

As forças colonizadoras provocaram na cidade não só o genocídio indígena e a escravização dos negros, mas, de certo modo, o mundo dos materiais também foi afetado por tais forças. Nesse sentido, as pedras em Rio de Contas não foram simplesmente extraídas do solo e transformadas em material construtivo, não são apenas testemunhas materiais passivas da história da cidade, mas, sim, um dos importantes elementos presentes no emaranhado de forças que constituíram o lugar.

O que chamo de forças colonizadoras não diz respeito somente a um período histórico em que os impérios europeus dominavam politicamente as colônias nas Américas, África e Ásia, mas, sobretudo, a um regime de dominação subjetiva etnocêntrico motivado principalmente pelo desejo de aniquilação da diferença. Se as pedras foram fundamentais na edificação do novo povoamento que se instalava na região, é na relação entre humanos e pedras que veremos surgir novos regimes subjetivos dando outro contorno à cidade.

Para que as pedras, que antes existiam no solo, nas pedreiras, passassem a existir na cidade como material construtivo, uma série de transformações e articulações ético-políticas entre o meio, as relações sociais e a subjetividade humana ocorreram. Guattari (2001) em *As três ecologias*, dá o nome de *ecosofia* à relação entre essas três ecologias, não concebendo uma forma de se pensar os modos de vida humanos individuais e coletivos que a desconsidere.

Com essa ampliação da concepção de ecologia, que inclui a relação entre o sujeito e o corpo, o tempo e os contextos sociais, econômicos e políticos, pensar os

regimes subjetivos criados nesse campo é fundamental para o entendimento dos modos como o humano se relaciona com o meio.

Pedras e colonização

Em Rio de Contas, a igreja de Santana e a Matriz do Santíssimo Sacramento, bem como a antiga cadeia, foram construídas com pedras por negros escravizados. A exploração dessa mão de obra foi um dos eventos que atuou para a formação do novo regime de povoamento que se instalava, pois era inconcebível, naquela época, arquitetar a construção de prédios públicos, feitos com grandes alvenarias de pedras, com o trabalho remunerado.

Nesse sentido, tanto o plano físico quanto o social foram afetados pelas forças colonizadoras, o que não significa que essas duas esferas andem separadas, mas, ao contrário, que coexistem na relação. Essas forças atuaram – e ainda atuam – de modo diferente em cada um desses planos, com características próprias de ação. Porém, o propósito é o mesmo, o estabelecimento violento de uma forma, um modo de operar que destrói a diferença, estabelecendo um padrão que soterra, captura e aniquila outros modos possíveis de existir.

A obstrução dos fluxos vitais na prevalência de uma perspectiva que privilegia a união entre forma e matéria, também presente nas edificações dos prédios públicos em Rio de Contas, reverbera na tentativa de se estabelecer uma forma definida para o novo regime de povoamento que se instalava na cidade, ou seja, o de “civilizar” a população local, agindo sobre seus hábitos e práticas. O “civilizar” nesse aspecto, nada mais é do que a imposição etnocêntrica, movida pelas forças colonizadoras, de modos de existência pautados nos valores de uma classe, ou grupo dominante, que nesse caso são aqueles do capitalismo e da modernidade ocidental⁷.

Elias (1994), em seu estudo sobre o processo civilizatório e a teoria da civilização, afirma que as mudanças sociais se processam gradualmente, condicionadas principalmente por estímulos aos sentimentos de medo, vergonha, embaraço e nojo. Nesse sentido, a imposição de uma forma empreendida pelas forças colonizadoras

⁷ Ver CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. Revista de Antropologia, São Paulo: v.35, 1992, p. 39.

perante os modos de vida da população local, ocorreu não somente no plano dos hábitos, costumes e crenças, mas também no âmbito das materialidades, reconfigurando-se os modos de construir, habitar e de se relacionar com o meio.

Como já lembrado por Ingold (2015), não existe um mundo social que não seja o mundo de materiais, pois as estruturas sociais habitam os corpos humanos e o próprio corpo do mundo, não existindo um “fora” do mundo de materiais. Nesse sentido, Ingold se apropria do pensamento de Simondon (1980) para pensar a matéria como algo vivo: “A matéria está viva está longe de ser pura indeterminação, ou pura passividade. Tampouco é uma tendência cega; trata-se, ao contrário, do veículo de energia informada” (Simondon, 1989: 66).

Desse modo, assim como as relações sociais e os modos de vida “não civilizados” foram afetados pelas forças colonizadoras em Rio de Contas, as pedras e todo o meio também o foram. O que não significa que uma “forma cultural” foi passivamente atribuída as pedras, ou que exista uma real dualidade entre “mundo material/mundo cultural”, mas que a transformação do modo de existir das pedras afetou e também foi afetado pela transformação dos modos de existir dos bichos, das plantas e dos humanos.

Pedras preciosas e subjetividades garimpeiras

A cidade de Rio de Contas, fundada para ser centro de mineração de ouro e uma espécie de capital regional da época, sofreu vários momentos de declínio e estagnação econômica provocados pelo esgotamento das pedras de ouro. A pedra, que até então havia impulsionado a sua prosperidade, passou a ser também o motivo do seu ocaso.

O momento de maior riqueza foi durante a segunda metade do século XVIII e durou até 1800, ocasião em que o ouro se esgotou. A partir de 1844, pedras de outra qualidade passam a atrair as pessoas para a cidade de Mucugê e Lençóis, também na Chapada Diamantina. Lá, pedras de diamante haviam sido descobertas, o que redirecionou o fluxo da população empobrecida de Rio de Contas para estas cidades, em busca de novos recursos.

Contudo, mesmo após o esgotamento do ouro, Rio de Contas continuou sendo uma importante cidade do Alto Sertão baiano⁸, pois servia de ponto de pouso para os viajantes vindos de Goiás e do norte de Minas Gerais em direção à Salvador, na rota que ligava o Vale do São Francisco ao Caminho da Costa, que levava, por sua vez, ao Recôncavo Baiano e a Ilhéus.

Segundo Neves (2007), uma ampla rede viária já recortava o interior da Bahia em meados do século XVIII. Os caminhos de ouro fino ou do ouro boa pinta, a Estrada Real, a estrada das Boiadas, o Caminho da Costa eram, sem dúvida, os mais importantes e os que estruturavam tal rede, a qual comportava diversos outros. Na primeira metade do século XX, em 1932, novas lavras de ouro foram descobertas em Rio de Contas, provocando uma nova corrida garimpeira. A cidade, então, saiu da estagnação econômica em que se encontrava, mas foi por um curto período. Em 1939, o ouro se esgotou novamente.

De modo semelhante ao que ocorreu no subsolo, de onde as lavras de ouro foram rapidamente extraídas e levadas para longe, algo se passou na superfície da cidade. A empreitada do garimpo, que povoou e posteriormente provocou o êxodo em Rio de Contas, também deixou suas marcas nos modos de habitar e de se relacionar com a cidade. A predação do empreendimento colonial impactou não somente o seu subsolo, mas contribuiu também para a construção de uma subjetividade que compreende aquele meio urbano como lugar de exploração, seja dos seus meios materiais, paisagísticos ou culturais.

Para Guattari e Rolnik (1986), a subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação descentrados, onde os processos de subjetivação – ou seja, toda produção de sentido – não se concentra em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microssociais), nem em agentes grupais. Os processos de subjetivação são amplos, compreendendo um rizoma formado tanto por elementos extra-individuais (econômicos, sociais, ecológicos, etc.), como por componentes de natureza infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização, de produção, etc.).

⁸ Porção do extremo Sudoeste baiano com grandes altitudes e limites imaginários, mas que de forma genérica compreende as sub-regiões da Serra Geral, franjas do Médio São Francisco, do Sudoeste e de Paraguaçu (NEVES, 1998; ESTRELA, 2003).

Nesse sentido, o fato de Rio de Contas ter vivenciado a experiência da colonização e do garimpo significa também que estes eventos atuaram para a construção de uma subjetividade que tornasse possível tais empreendimentos. Ainda segundo Guattari e Rolnik (1996), as expressões sociais não são simplesmente aglomeradas de subjetividades individuais, mas é, ao invés disso, a subjetividade individual que resulta da relação entre forças coletivas, sociais, ecológicas, tecnológicas etc. Portanto, da relação entre as pedras preciosas, o poder colonial, a população local e o ambiente emerge em Rio de Contas o que denominarei de *subjetividade garimpeira*.

Esse tipo de subjetividade reverbera no modo de se relacionar com a cidade. Nômade por excelência, o garimpeiro não fixa morada, pois sua estadia em cada local depende antes de tudo da existência das pedras preciosas que ele segue e prospecta. Pedras não podem ser cultivadas, são extraídas. O agricultor, por sua vez, também utiliza a terra para gerar riqueza, mas, neste tipo de engajamento, o cultivo é necessário. A terra utilizada para a agricultura precisa ser cuidada, regada e nutrida, caso contrário se tornará infértil. Diferente do garimpeiro, o agricultor precisa permanecer, estabelecendo certo tipo de aliança com a terra.

Já a terra, na perspectiva do garimpeiro, precisa ser vencida, pois a sua aliança é precisamente com as pedras preciosas. Esse tipo de subjetividade foi se tornando mais forte à medida que ela também fortalecia o empreendimento colonial em Rio de Contas. De forma metafórica, o poder colonial estaria mais próximo do sistema de garimpo, pois ambos estão interessados na exploração pautada na extração e no escoamento de riquezas para lugares distantes daquele em que foram geradas. Portanto, próximo ao modo de operar da *subjetividade garimpeira* está o da *subjetividade colonial* (Rolnik, 2018).

A história oficial do surgimento da cidade de Rio de Contas sempre foi contada pela perspectiva das pedras preciosas e dos “conquistadores”, aqueles que são representados na historiografia como os desbravadores do Sertão, heróis destinadores do progresso e da civilização em ambiente inóspito e selvagem. No que diz respeito à relação entre pedras e cidade, não só as pedras de ouro e diamante foram importantes para a constituição do que hoje é Rio de Contas, mas as pedras utilizadas na construção civil também foram fundamentais na formação historiográfica deste lugar.

Assim, no que diz respeito à materialização da cidade, pedras de outra qualidade foram utilizadas para erguer edificações. Grande parte das edificações do poder colonial

local – igrejas católicas, casa de câmara e cadeia etc. – foram construídas principalmente com elas. Porém, outros sentidos foram atribuídos às pedras utilizadas na construção civil da cidade. Sem grande valor monetário, elas passaram a ter valor simbólico, sobretudo após os processos de patrimonialização ocorridos em Rio de Contas.

Antes do registro do conjunto arquitetônico do município como patrimônio nacional em 1980, algumas edificações como a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, a Igreja de Santana e a Casa de Câmara e Cadeia já haviam sido tombadas no Livro Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio nacional desde os anos 1950.

A Casa de Câmara e Cadeia, segundo consta no Livro de Tombo Histórico do IPHAN (1959), foi construída com pedras entre os séculos XVIII e XIX. Ela é considerada um exemplo tardio deste tipo de edificação e possui dois pavimentos recobertos por telhado de quatro águas, desenvolvendo-se em planta retangular com cômodos intercomunicantes. Funcionava no térreo dessa edificação a Cadeia, a Casa do Carcereiro e a Audiência.

Já a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, registrada em 1958 no Livro de Tombo Histórico do IPHAN (1958), foi construída na segunda metade do século XVIII para ser a Igreja Matriz da Vila Nova de Nossa Senhora do Livramento e Minas do Rio de Contas. Essa Igreja é considerada o mais relevante exemplar da arquitetura religiosa do sertão baiano, com uma forte influência barroca. Ela foi projetada para ter corredores laterais superpostos por galerias de tribunas, entretanto, as tribunas entaipadas, os alicerces e pedras de amarração indicam que o edifício não chegou a ser concluído.

Datada da primeira metade do século XVIII, as ruínas da Igreja de Santana também foram tombadas em 1958. Segundo consta no Livro de Tombo Histórico do IPHAN (1958), ela foi construída em alvenaria de pedra e nunca chegou a ser concluída, tendo suas obras paralisadas em torno de 1850, em razão do êxodo da população local para outra região mineira.

As duas principais edificações religiosas da cidade não foram finalizadas justamente pelo esgotamento do ouro, decadência econômica e êxodo da população local. Nesse sentido, o deslocamento extensivo expresso pelo êxodo se conecta a um

movimento intensivo da subjetividade incapaz de permanecer, de estabelecer outra relação com a terra e o território que não passe pela extração de riqueza.

Porém, até mesmo o empreendimento garimpeiro/colonial necessitava de infraestrutura, o que fomentou dois modos de subjetivação em que a permanência se coloca diferentemente: permanecer até esgotar, permanecer para cultivar. Não se trata de hierarquizar que tipo de relação seria mais ou menos adequada para se estabelecer com a cidade. O que importa para esse trabalho são as reverberações produzidas na relação entre humanos e materiais, neste caso mais específico, entre humanos e pedras. Pensar as distinções entre pedras preciosas e pedras da construção civil, permanência e êxodo, faz-se necessário, portanto, para o entendimento dos lugares simbólicos que esses materiais ocupam e operam no contexto local da produção subjetiva.

Segundo Sanches (2008), as áreas mineiras no século XVIII, incluindo Rio de Contas, eram formadas por uma estrutura social complexa marcada pela presença de uma classe trabalhadora intermediária, caracterizada principalmente pelo trabalho esporádico e eventual. Essas áreas, além de se configurarem como centro de consumo de mão de obra livre e escrava, eram também propícias para a urbanização e o comércio relacionado ao suprimento de mantimentos e manufaturados, como, por exemplo, o artesanato em couro e a venda de carne seca.

Por mais que o ouro tenha se esgotado em 1939, a cidade de Rio de Contas continuou existindo independentemente da sua relação econômica com ele. Porém, essa pedra preciosa permaneceu sendo venerada, lembrada como o elemento que proporcionou glória, riqueza e poder a cidade. As pedras utilizadas na construção da cidade, hoje considerada Patrimônio Nacional, foram valorizadas, sobretudo porque são testemunhas materiais do passado colonial de glória do ouro, de ascensão econômica da elite local do garimpo e da exploração da mão de obra negra escravizada.

O fato de tais edificações terem sido tombadas e patrimonializadas não significa que houve somente uma valorização dos modos de vida e da história da população de Rio de Contas. O que foi reconhecido e valorizado juntamente com as edificações foi o poder colonial que se atualiza na relação com a cidade, suas edificações, os materiais e sua população por meio das políticas de patrimonialização.

Como apontado por Viveiros de Castro (2016), no prefácio do livro *A Queda do Céu*, o sistema do garimpo contemporâneo é semelhante à geopolítica do colonialismo, pois o serviço pesado é geralmente feito por homens miseráveis, mas quem controla e

financia esse dispositivo está distante da luta corpo a corpo, protegido por imunidades as mais diversas. No século XVIII, não era muito diferente: por mais que não se tratasse de batalhas no âmbito jurídico, o dispositivo do sistema garimpo atuava também na exploração da mão de obra dos pobres libertos e dos negros escravizados.

A história das edificações e das pedras em Rio de Contas está entrelaçada com as narrativas oficiais sobre o surgimento do Estado-nação brasileiro. Porém, da relação entre a população local e as pedras (preciosas ou não) percebe-se que não somente as edificações duraram, mas também uma subjetividade onde a exploração e a manutenção de hierarquias atuam na predação dos corpos e dos recursos naturais. Nesse sentido, as marcas da colonização coexistem no tempo presente, pois tais marcas são capazes de atualizar modos de relação que rebaixam as práticas e os saberes que não estão diretamente vinculados às forças colonizadoras.

Figura 2: Garimpeiros na Cachoeira do Fraga - primeira de três cataratas formadas pelas quedas do rio Brumado. A cachoeira está localizada a aproximadamente 4 km do perímetro urbano de Rio de Contas, entre as formações rochosas do Parque Natural Serra das Almas (PNSA). Fonte: Arquivo Público Municipal de Rio de Contas, primeiras décadas do século XIX.

Entre Pedras e Patrimônios

No passado, as pedras de ouro e de diamante movimentaram a economia, as relações sociais e financiaram a construção de monumentos em Rio de Contas. Como já mencionado anteriormente, algumas dessas edificações foram construídas majoritariamente com pedras. O fato de essas edificações terem sido assim construídas consta no seu processo de tombamento como patrimônio nacional.

As noções de “beleza” e de “exclusividade” estão presentes no discurso do processo que registrou essas edificações como patrimônio nacional. O patrimônio cultural nas suas diversas formas – monumentos, paisagens, celebrações, formas de expressão, saberes e fazeres, coleções etc. – representa alegoricamente valores de excepcionalidade, de autenticidade e de relevância histórica. Além disso, ele também pode representar uma poderosa narrativa sobre a “identidade nacional”, de modo que o processo de tombamento, ou de registro, geralmente é efetuado quando um “bem cultural” representa expressões culturais, artísticas e históricas entendidas como relevantes para um grupo social, ou para a nação (Gonçalves, 1996, Lima Filho 2009).

No caso das narrativas locais sobre a construção da Igreja de Santana, os maus tratos e a violência sofridas pelos trabalhadores que construíram esse monumento estão mais em evidência do que a “excepcionalidade”. Conforme consta nos documentos pesquisados no Arquivo Público Municipal da Cidade, a mão de obra utilizada na construção da Igreja foi de pessoas negras escravizadas. Mas o que as pedras, pensadas também no interior do fluxo da colonização, podem nos dizer sobre as relações entre materiais construtivos e a cidade? Para Balandier (1993), a topografia das cidades coloniais e a segregação nelas presente são testemunhos materiais da importância adquirida pelo fator racial. O conjunto de condições particulares em que o choque das civilizações, ou o choque das raças ocorreu é o que Balandier (1993) nomeou de *situação colonial*. O que configuraria esta situação seria a “[...] dominação imposta por uma minoria estrangeira, racial e culturalmente diferente, em nome de uma superioridade racial (ou étnica) e cultural e dogmamente afirmada” (Balandier, 1993: 128).

Um antigo morador da cidade, vizinho da igreja, afirmou que no local onde ela foi construída havia uma pedreira. Ele acredita que a maioria das pedras utilizadas na construção foi extraída desse local. Já o Pedreiro Artesão, extrator de pedra e interlocutor dessa pesquisa, tem outra teoria para as pedras da Igreja de Santana, ele acredita que elas vieram de outro lugar, pois os cortes talhados nas pedras não são das técnicas de extração características da região.

Minha idade é o tempo em que eles começaram a extrair pedras. Não foram os primeiros, mas na minha família tem mais ou menos uns trinta anos que a gente vive da extração de pedras. E muita coisa deu para aprender nesses vinte anos, tempo que consegui adquirir algumas experiências com a pedra. E Rio de Contas é uma cidade que quando alguém chega aqui já se depara com pedras. É pedras no chão da cidade, é pedras ao redor da cidade, pedras de tudo quanto é jeito, tudo quanto é forma e de várias formas de serem usadas também. [...] (Pedreiro Artesão, 2016).

As pedras utilizadas nas edificações históricas da cidade de Rio de Contas não são apenas vestígios materiais do passado. O “ser” das pedras não está desvinculado do “ser” dos humanos e dos outros materiais que habitam o meio. As pedras da igreja de Santana estão em constante relação com o sol, a chuva, o vento e com os humanos. Não se trata de um material passivo, morto, que segue sem transmutar. Certamente a coloração, textura, porosidade e resistência das pedras da Igreja de Santana e das outras edificações históricas da cidade mudaram. Nesse sentido, essas pedras não são somente vestígios de um tempo passado, mas inscrevem constantemente sua existência nos fluxos da vida na cidade.

Figura 3: Igreja de Santana. Fonte: fotografias feitas pelo autor em 2016 durante a realização o trabalho de campo etnográfico.

Considerações finais

No exercício feito para a construção de uma narrativa sobre a cidade de Rio de Contas que levou em consideração a perspectiva das pedras, o emaranhado dos fluxos de vida que se entrelaçam na cidade emerge de um plano onde o meio físico e social não se separam. As forças colonizadoras em Rio de Contas também agem como vetores que instauram e atualizam modos de se relacionar com a terra, com as pedras e com o patrimônio cultural local. O passado desta cidade, marcado pela exploração colonial dos corpos e das almas, coexiste no tempo presente, sobretudo como fantasmas que agem por meio das políticas do desejo e das relações que constituem os modos de vida ali praticados.

A prática de exploração das larvas de ouro, até mesmo o modo de se edificar e habitar cidades, produzem efeitos que deixam marcas na materialidade do corpo vivo do mundo. Ao construir estas reflexões, compreende-se que o pensamento antropológico, quando se dispõe a olhar para as relações entre os viventes fora do antropocentrismo, que privilegia a perspectiva do humano, torna também possível uma maior compreensão das multiplicidades e das diferenças que constituem o cosmos e nos constituem.

REFERÊNCIAS

BALANDIER, Geofges. *A noção de situação colonial*. Caderno de Campo, n. 3, p. 107-131, 1993.

COMERLATO, Fabiana, COSTA; Carlos Alberto Santos; FERNANDES, Henry Luydy Abraham. Relatório Final. *Diagnóstico e Levantamento Arqueológico no Traçado da Rodovia BA-148* (Rio de Contas – Jussiapé). Salvador: Processo IPHAN 01502.001145/2006.33 – Portaria nº 148 de 06/06/2006, 2006.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda*: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; IPHAN, 1996.

GUATTARI, Felix. 1990. *As três ecologias*, Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas, SP: Papiros.

_____. ROLNIK, S. *Micropolítica*: cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

INGOLD, Tim. *Estar Vivo*: Ensaaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. *Livro do Tombo*: livro arqueológico, etnográfico e paisagístico. Inscrição: 076, Processo: 0891-T-73, 1980. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/ans/>>. Acesso em: 29 maio 2020.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Da matéria ao sujeito: inquietação patrimonial brasileira. *Revista de Antropologia da USP*, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 605-632, jul.-dez. 2009.

PEDREIRO ARTESÃO. [mar. 2016]. Entrevistador: Jean Pierre Pierote Silva. Rio de Contas, 2016.

PIEROTE SILVA, Jean Pierre. *Vida de Pedra*: materiais e técnicas na Chapada Diamantina – Bahia. 2019. 216p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

ROLNIK, S. *Esferas da insurreição*: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SANCHES, Lima Patrícia Nanci. *Os livres pobres sem patrão nas Minas do Rio das Contas/BA - século XIX(1830-1870)*. Dissertação (mestrado) – UFBA / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas /Programa de Pós – graduação em História Social Salvador – BA, 2008.

SIMONDON, Gilbert. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier, 1989.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem -- e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2011. P. 345-399.

_____. apud KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. 2015. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.

Recebido: 01/06/2020

Aprovado: 04/09/2020